

# A SOCIOLOGIA ECONÔMICA E O CAPITALISMO EM SCHUMPETER

Bruno Pacheco Heringer<sup>1</sup>  
Áquilas Mendes<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo almeja compreender a posição da sociologia econômica na obra de Schumpeter, caracterizando-se como abordagem multidisciplinar da ciência econômica. Uma parte da obra de Schumpeter corresponde a esta vertente, tendo origem no programa de pesquisa historicista da Escola Histórica Alemã, com a qual teve contato. Elaborar-se o modo como ele compreende o capitalismo como realidade econômica-institucional específica cujo dinamismo, decorrente de causas endógenas, é entendido em termos de sua sociologia econômica, pontuando as transformações institucionais por que passam o capitalismo.

**Palavras-chave:** Schumpeter. Capitalismo. Sociologia Econômica. Escola Histórica Alemã.

**Abstract:** This paper seeks to understand the place of economic sociology in Schumpeter's work, characterized by its multidisciplinary approach to economic science. Part of Schumpeter's work belongs to this current, originating in the historicist research program of the German Historical School, which he had contact with. It is expounded how he understands capitalism as a specific economic-institutional reality whose dynamism, resulting from endogenous causes, is understood in terms of his economic sociology, elaborating the institutional transformations which capitalism goes through.

**Key-words:** Schumpeter. Capitalism. Economic Sociology. German Historical School.

**JEL:** B52; Z13.

## INTRODUÇÃO

Dentre as diferentes correntes alternativas ao que se entende como ortodoxia neoclássica está a sociologia econômica. Por ela se entende uma leitura heterodoxa da ciência econômica, a qual enxerga os processos econômicos tal como coligados e condicionados por estruturas socioinstitucionais.

Um autor que contribui para tal ótica da ciência econômica é Joseph Schumpeter. Não obstante ser usualmente visto como teórico do desenvolvimento econômico, sua compreensão do capitalismo enquanto realidade institucional específica marcada por transformações deve ser ressaltado. De fato, sua obra deve ser compreendida em um contexto mais amplo, no qual a ciência econômica é vista de forma multidisciplinar.

Ainda que existam vertentes internas à sociologia econômica, aquela que se destaca neste trabalho é a da Escola Histórica Alemã, entendida como o ápice da economia política alemã por seus desafios às construções demasiadas hipotéticas/abstratas, tanto da economia clássica, como do

---

<sup>1</sup> Mestrando bolsista CAPES em Economia Política pela PUC-SP. E-mail para contato: [heringer.bruno@outlook.com](mailto:heringer.bruno@outlook.com).

<sup>2</sup> Professor Doutor do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da PUC-SP. E-mail para contato: [aquilasmendes@gmail.com](mailto:aquilasmendes@gmail.com).

marginalismo então nascente. Seu objetivo maior, aliar a teoria à história, se fez presente em uma parte da obra de Schumpeter, identificada como sociologia econômica.

O objetivo deste artigo é compreender a posição da sociologia econômica na obra de Schumpeter, caracterizando-se como abordagem multidisciplinar da ciência econômica. O trabalho está dividido em três seções. Na primeira seção apontamos como a sociologia econômica deve ser compreendida como uma corrente multidisciplinar alternativa à economia *mainstream*, com ênfase nas contribuições da sociologia econômica presentes na Escola Histórica Alemã. Na segunda, evidenciamos de que forma esta vertente econômica foi fonte de inspiração para algumas contribuições de Schumpeter. Na terceira seção pontuamos como a sociologia econômica foi aplicada por ele de modo a compreender o capitalismo como fenômeno histórico em evolução, averiguando a relação entre os processos econômicos e os institucionais. Por fim, nas considerações finais, apresentamos alguns comentários evidenciando a importância da inspiração historicista para a sociologia econômica schumpeteriana, a qual é pouco relevada.

### **SOCIOLOGIA ECONÔMICA COMO ALTERNATIVA À ORTODOXIA**

Dentre as correntes que lançaram desafios contundentes à primazia neoclássica está o que se pode designar por ‘sociologia econômica’. Se trata, em poucas palavras, de uma abordagem heterodoxa da ciência econômica, a qual, como pontuado por Hass (2007), tem como elemento fundamental o fato da “imersão” ou *embeddedness*<sup>3</sup>. Isto é, as relações econômicas não seriam visualizadas por uma ótica atomista, ao invés disso cada agente econômico sendo constrangido e condicionado por estruturas e normas sociais que modificam a operação das economias.

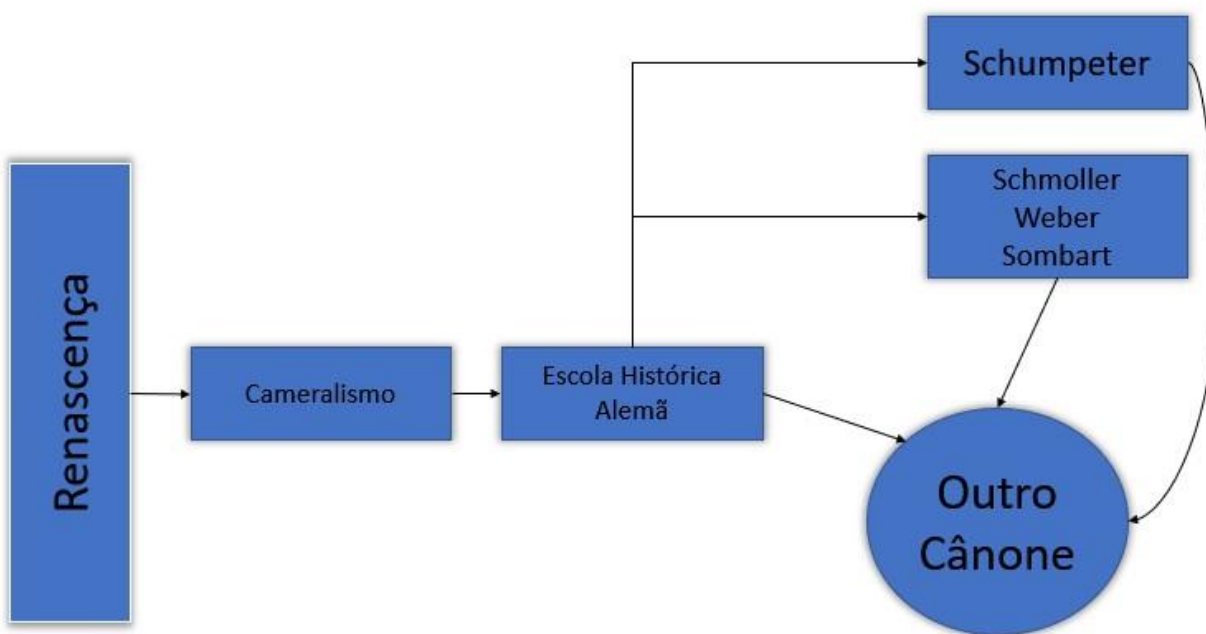
Conforme Swedberg (1991), seria possível identificar três tradições de sociologia econômica. A primeira delas seria a vertente alemã, designada por *Wirtschaftssoziologie*, e teria a obra de Max Weber como seu pináculo; a segunda corrente é francesa, sendo denominada de *sociologie économique*, seus principais nomes sendo Émile Durkheim e seus seguidores; por fim, a vertente americana de Talcott Parsons e Neil Smelser.

---

<sup>3</sup> Swedberg (2003) aponta que o conceito de *embeddedness* (podendo ser traduzido como imersão) remonta a obra de Karl Polanyi *The Great Transformation*. Mark Granovetter retomaria o conceito em um importante artigo de 1985 intitulado “Economic Action and Social Structure”, e considerado por Swedberg como estímulo ao surgimento da nova sociologia econômica.

Em particular, a sociologia econômica alemã é de grande importância para a compreensão da obra de Joseph Schumpeter que, argumenta-se, se beneficiou desta tradição em sua leitura institucional do capitalismo. A compreensão dessa vertente de pensamento justifica um breve esboço histórico de sua origem. Em particular, cabe ressaltar os elementos que nela existem e que correspondem a uma tradição de pensamento econômico singular em sua crítica aos postulados da tradição *mainstream*/ortodoxa. A figura 1 indica algumas relações relevantes explanadas nos parágrafos seguintes.

**Figura 1 – O Outro Cânone de Pensamento Econômico**



Fonte: Adaptado de THE OTHER CANON FOUNDATION, 2022, tradução nossa.

Reinert (2016) denomina a tradição ilustrada como “Outro Cânone”. Esta remonta há pelo menos 500 anos, e seria a responsável pelas políticas que propiciaram a ascensão das nações atualmente desenvolvidas. Em contraste com a leitura Ricardiana, que emerge posteriormente, a tradição do “outro cânone” preza pela experiência como critério de escolha das políticas econômicas. Em outros termos, enquanto a leitura padrão opera com um modelo de equilíbrio competitivo em que a atividade econômica sofre rendimentos decrescentes, a alternativa indica que as atividades produtivas (leia-se indústria) com rendimentos crescentes é a chave para a superação do atraso econômico.

Por se tratar de abordagem menos abstrata, esta vertente alternativa também se orientou diversamente daquela identificada contemporaneamente com o *mainstream*. Além de ser eivada de historicidade por considerar as particularidades estruturais/institucionais de um país, adota o princípio da

compreensão (*verstehen*), ao invés de explicação (*erklären*): o mundo é visualizado de maneira qualitativa, em que os agentes econômicos adotam condutas diferenciadas diante dos fatos<sup>4</sup>. Isso culminaria na preocupação com a observação prática do mundo, ao invés de sua distorção em modelos preconcebidos (REINERT, 2019a).

Adicionalmente, se norteou por um método plural, no qual diferentes ramos do conhecimento auxiliariam na compreensão situacional dos países. Essa postura pode ser entendida nos seguintes termos:

Na tradição do ‘outro cânone’, só se alcança conhecimento no nível macro por meio do conhecimento factual detalhado do que acontece no nível micro. Na verdade, esse tipo de compreensão exige que o economista mova-se constantemente, subindo e descendo entre os níveis alto e baixo de abstração. [...] A economia do ‘outro cânone’ possui uma grande caixa de ferramentas, na qual cabem todas as ferramentas que possam refletir os aspectos relevantes da realidade (REINERT, 2016, p. 78).

Esse “outro cânone” também poderia ser designado como Pensamento Continental, em contraste com o Pensamento Anglo-Saxônico contemporaneamente identificado no *mainstream*. Foi desse Pensamento Continental que surge a sociologia econômica alemã<sup>5</sup>.

As origens desta vertente alemã se encontram no assim chamado *cameralismo*, o qual provém do termo latino *camera*, designando o erário público. A princípio se tratando de concílios territoriais que administravam as finanças reais, mais tarde se articularam em uma ciência própria (cameralista) que almejava coordenar as políticas do Estado nascente para aprimorar as condições socioeconômicas locais (RIHA, 1985). Isto lhe imprimiu um caráter profundamente histórico e multidisciplinar, permitindo tanto a elaboração de políticas que se adequassem às características de cada localidade como críticas às posições universais-abstratas que provinham do mundo anglo-saxônico. Reinert (2019b, p. 17, tradução nossa) descreve esse contraste:

A perspectiva dos cameralistas era aquela da administração pública, de impostos e instituições, leis e regulações. Sua visão do desenvolvimento econômico era, portanto, muito prática, e a levou a uma consideração da produção — ao invés de apenas o comércio — e o equilíbrio entre as diferentes atividades econômicas.

De fato, essa tradição possui três elementos que a tornam singular. O fato de o território que compunha a Alemanha ter sido devastado durante a Guerra dos Trinta Anos incitou resposta para realizar processo de alcançamento (*catching up*) em relação às nações então mais ricas. Além de operar em termos menos abstratos, sua análise se focou na esfera da produção ao invés da troca, algo que estimulou

<sup>4</sup> Uma das consequências de se adotar tal leitura está na rejeição do *homo economicus*, uma vez que se considera a diversidade de agentes econômicos, com diferentes motivadores e condutas.

<sup>5</sup> Este Pensamento Continental encontra origem, em patamar teórico, nas obras dos italianos Giovanni Botero e Antonio Serra. Em linhas gerais, ambos apontaram que a prosperidade das cidades ricas decorria da escolha por atividades econômicas com retornos crescentes, com ênfase nas manufaturas. Para uma discussão da importância de Botero e Serra para políticas do desenvolvimento, ver Reinert e Carpenter (2014).

leitura mais ampla da ciência econômica por contemplar as diferenças geográficas e históricas, tecnológicas e técnicas, em governos e governança, assim como em questões sociais (REINERT, 2019b).

Fazendo menção à exposição de Edward Seligman, Reinert (2019a) elenca os cinco pontos que definiriam a economia alemã: anseio de complementar dedução com estudo histórico e estatístico; rejeição do universalismo das teorias, ao invés disso apontando para sua relatividade em termos institucionais; crítica ao *laissez-faire*; aponta intimidade de lei, ética e economia; e recusa absolutismo do egocentrismo na conduta econômica.

Esta postura histórico-concreta, disseminada por movimentos críticos do abstratismo, culminou na chamada Escola Histórica Alemã de economia. Ela empregou com veemência o método histórico na análise econômica, salientando a heterogeneidade espacial e temporal das nações, em detrimento da universalidade pressuposta na lógica e matemática (CUNHA, 2014). Se os primeiros passos dessa vertente foram dados na jurisprudência com Carl von Savigny, foi na economia que o método historicista<sup>6</sup> teve maior repercussão. Embora Friedrich List<sup>7</sup> tenha sido apontado como o pioneiro do historicismo econômico, foi Wilhelm Roscher<sup>8</sup> quem primeiro tentou articular o método historicista com a publicação, em 1843, de seu *Grundriss*.

Riha (1985) discerne três fases da Escola Histórica Alemã de economia. A Mais Velha Escola Histórica tem como principais nomes o supracitado Roscher, além de Bruno Hildebrand e Karl Knies, e tinha por objetivo complementar o lado analítico da ciência econômica com o estudo histórico, enfatizando as ideias de desenvolvimento e evolução institucional. Seus seguidores formaram a Jovem Escola Histórica, organizada em torno de, dentre outros, Gustav von Schmoller, Karl Bücher e Georg Knapp; tendo sido Schmoller o grande protagonista de toda a Escola, muito influenciou a aplicação sistemática do método histórico para fins reformistas na Alemanha<sup>9</sup>, a objeção ao construto do *homo*

<sup>6</sup> Os termos ‘historicista’ e ‘historicismo’ serão empregados no decorrer deste artigo para se referir às ideias que configuram a Escola Histórica Alemã.

<sup>7</sup> Segundo o verbete do *Dicionário de Economia do Século XXI*, Friedrich List foi economista e político alemão que esboçou o argumento da indústria nascente para nações em desvantagem (no caso, a região que comporia a Alemanha), defendendo a criação de uma união aduaneira que englobasse as localidades alemãs. Seu argumento foi elaborado em sua principal obra datada de 1841: *O Sistema Nacional de Economia Política* (SANDRONI, 2014).

<sup>8</sup> Wilhelm Georg Friedrich Roscher foi professor de economia nas universidades de Göttingen e Leipzig e um dos fundadores da Escola Histórica Alemã. Influenciado por Savigny, defendeu o emprego do método histórico na economia, ainda que de forma ainda pouco sistemática. Sua principal obra data de 1843, intitulada *Introdução de um Curso de Economia Política por Meio do Método Histórico* (SANDRONI, 2014).

<sup>9</sup> A defesa de políticas reformistas na Alemanha ganha força quando, na década de 1870, Gustav von Schmoller funda a Associação para Política Social (*Verein für Sozialpolitik*). Ali foram debatidos os problemas associados ao processo de industrialização na Alemanha, inclusive a situação dos trabalhadores agrícolas. Resumidamente: “A *Verein* era, em grande medida, uma organização da ‘terceira via’. Era contrária à competição desregulamentada na economia doméstica e internacional e opunha-se aos movimentos da classe trabalhadora que buscavam uma transformação socialista das condições de sua existência. [...] Um estado conservador deveria legislar em favor de pequenas melhorias nas condições legais, sociais e de vida da massa de população” (WHIMSTER, 2009, p. 32, grifo do autor).

*oeconomicus* e propôs uma leitura da economia como esfera integrada às demais estruturas sociais. A terceira e última fase corresponde à geração de algo revisionista, denominada Mais Jovem Escola Histórica, tendo por membros Werner Sombart, Max Weber e Arthur Spiethoff; esta geração não apenas deu tratamento mais equilibrado à teoria e história, como tinham uma questão de pesquisa em comum: a natureza do capitalismo.

Nesse sentido, aponta-se para o legado historicista presente na sociologia econômica:

Desse ponto de vista, a obra de vida de Schmoller consistiria na maior parte na criação e desenvolvimento de uma sociologia econômica deste tipo, Max Weber e Werner Sombart sendo do mesmo modo vistos sobretudo como sociólogos econômicos (SCHUMPETER, 2018, p. 287, tradução nossa).

Em linhas gerais, podemos seguir Swedberg (1991) em sua constatação de que a sociologia econômica alemã tem por tópicos principais o fenômeno do desenvolvimento econômico e o papel do Estado na economia. Reinert (2019b, p. 15, tradução nossa) comenta nesse sentido que: “Uma temática frequente na escrita histórica alemã é a ideia do país como uma nação atrasada (*verspätete*), uma nação retardatária, quando comparada ao restante da Europa. Em tal situação, o Estado tem um papel muito diferente do que nas nações desenvolvidas”.

Ambos os tópicos pressupõem uma certa historicidade e concretude dos fenômenos econômicos, os quais devem ser visualizados em sua complexidade, ao invés de simplificados e esvaziados. De outro modo:

Que a sociologia econômica Alemã era histórica e comparativa em natureza significa principalmente que ela tomava boa parte de sua inspiração da pesquisa histórica e que ela fez uso de comparações — comparações entre instituições, entre nações, e entre civilizações (SWEDBERG, 1991, p. 258, tradução nossa).

As figuras de Gustav von Schmoller, Max Weber e Werner Sombart foram especialmente importantes para o desenvolvimento daquilo que se entende por sociologia econômica. Entretanto, por limitações de espaço opta-se por fazer um esboço apenas da posição da sociologia econômica na obra de Weber.

Tendo sido estudante na faculdade de Direito de Berlim, Weber logo ocupou as cátedras de Economia Nacional<sup>10</sup> em Freiburg e Heidelberg ao final do séc. XIX. Alguns de seus conhecimentos na área compraziam economia agrária (frutos de sua pesquisa para *Habilitation* e um estudo encomendado sobre a situação dos trabalhadores rurais a leste do rio Elba), economia medieval (fruto de sua dissertação de doutorado) e a operação da bolsa de valores. Adicionalmente, lecionou um curso de economia em seis partes entre 1894 e 1898<sup>11</sup> (WHIMSTER, 2009).

<sup>10</sup> Adair-Toteff (2022) observa que os estudantes da ciência econômica na Alemanha de então se referiam como economistas políticos ou economistas nacionais. Ela comprazia três disciplinas: economia geral, finanças e economia nacional prática.

<sup>11</sup> Uma breve exposição do conteúdo desse curso encontra-se em Whimster (2009) e Adair-Toteff (2022).

A aparente incongruência de se visualizar Weber, usualmente visto apenas como sociólogo, também como um economista, é solucionada assim que verificamos que a sociologia enquanto ramo organizado do conhecimento ainda não existia no início do século XX, e que a típica separação entre economia e as demais ciências sociais era muito mais tênue. Ao se colocar de outro modo:

A resposta *não* é que Weber era um economista e não um sociólogo — isso seria simplesmente substituir um engano por outro. Parte do paradoxo de Weber ser visto como um economista por seus contemporâneos e como um sociólogo hoje é solucionado quando se percebe que a economia era uma ciência muito mais ampla no tempo de Weber do que é hoje (SWEDBERG, 1998, p. 173, tradução nossa, grifo do autor).

Ele assim define o termo: “Economia sociológica (*Sozialökonomie*<sup>12</sup>), por outro lado, considera as atividades humanas reais tal como são condicionadas pela necessidade de se considerar os fatos da vida econômica” (WEBER, 1968, p. 311-312, tradução nossa). Ou seja, a ciência econômica tal como a conhecemos deve contemplar mais do que apenas a atribuição de nexos causais, também devendo:

[...] investigar a totalidade dos fenômenos sociais com relação ao modo como são, em parte, influenciados por causas econômicas — isto é dizer: ela deve aplicar uma interpretação econômica da história e sociedade. E mais além, ela deve demonstrar como os processos econômicos e formas econômicas são determinadas por fenômenos sociais de diversos tipos e em diversos estágios de desenvolvimento — isto é dizer: a tarefa da história econômica e sociologia econômica (WEBER, 2012, p. 332-333, tradução nossa).

Assim, nota-se como economia e sociedade se entrelaçam nessa vertente. Como veremos na terceira seção, estes seriam alguns dos *insights* absorvidos por Joseph Schumpeter, concretizados sobretudo em sua interpretação do capitalismo nos termos da sociologia econômica.

## **TÓPICOS DE SOCIOLOGIA ECONÔMICA SCHUMPETERIANA**

No campo da heterodoxia, as contribuições de Schumpeter são frequentemente apontadas como sendo sua teoria do desenvolvimento econômico, teoria do empresário e ciclos econômicos. Esta forma de apresentar suas contribuições se volta sobretudo ao aspecto propriamente teórico ou causal de suas investigações. É importante notar, porém, que a obra de Schumpeter se encontra em um pano de fundo multidisciplinar, resultado (em parte) da ascendência na sociologia econômica alemã. Sobretudo porque, em muitos de seus escritos, o elemento institucional-concreto se faz presente em sua leitura dos processos econômicos também em sua dimensão extraeconômica.

---

<sup>12</sup> De modo a evitar ambiguidade, nota-se que o termo ‘Economia Sociológica’ traduzido acima está no original como “*Sociological economics*”, porém, também poderia ser traduzido como “Socioeconomia”, como destacado pelo editor no original (*Sozialökonomie*). Essa observação é importante tendo em vista que a Socioeconomia em Weber, segundo Swedberg (1998), possui três ramos: teoria econômica, história econômica e sociologia econômica. Portanto, esta última é apenas uma parte da Socioeconomia. Para discussão das ideias econômicas na obra de Weber, ver o apêndice de Swedberg (1998).

Para melhor compreender esse aspecto de sua obra, cabe discorrer brevemente acerca do que se entende por ‘sociologia econômica’, discernindo-a da ortodoxia neoclássica, conforme algumas características gerais apresentadas no Quadro 1.

**Quadro 1: Comparação entre a Sociologia Econômica e a Teoria Neoclássica, segundo algumas características**

	<b>Teoria Neoclássica</b>	<b>Sociologia Econômica</b>
Conceito de Agente	Indivíduos, famílias e firmas maximizadoras	Indivíduos, grupos, classes e instituições sociais
Campo de Ação	Economia “pura”; escassez	Economia “social”
Tipos de Ação Econômica	Ações plenamente racionais	Ações com racionalidade limitada
Resultado das Ações Econômicas	Equilíbrio (harmonia)	Desequilíbrio (poder/interesses)
Visão do Analista	Objetividade	Objetividade “parcial”
Conceito de Tempo	Atemporalidade ou estacionaridade	Dinâmico ( <i>lock-in</i> )
Método Científico Geral	Hipotético-dedutivo	Histórico-dedutivo

Fonte: Adaptado de SWEDBERG; HIMMELSTRAND; BRULIN, 1987, tradução nossa.

Enquanto o agente neoclássico corresponde ao agente maximizador de utilidade, na sociologia econômica os agentes (indivíduos ou não) estão socialmente inseridos. Associado a este primeiro contraste se encontra a posição da economia que, enquanto é visualizada em sua forma “pura” e separada das estruturas sociais/institucionais no paradigma neoclássico, é vista como parte da sociedade na sociologia econômica, interagindo e sendo condicionada por estruturas/normas extraeconômicas, implicando uma leitura mais ampla dos processos econômicos<sup>13</sup>.

<sup>13</sup> Veremos na seção seguinte como esse ponto se apresenta com força na interpretação de Schumpeter acerca dos processos econômicos e institucionais por que passam o capitalismo.



Se por um lado o agente representativo neoclássico (*homo economicus*) visa ações ótimas sob restrições dadas e perfeitamente conhecidas (informação simétrica), por outro a sociologia econômica considera heterogeneidade de agentes com racionalidade limitada. Como consequência destas interpretações, o neoclassicismo e a sociologia econômica operam, respectivamente, com os paradigmas do equilíbrio e desequilíbrio quanto ao resultado dos processos econômicos<sup>14</sup>.

O tempo, quando é considerado como um parâmetro na ortodoxia, é visualizado como uma sucessão homogênea de momentos, isto é, a trajetória de variáveis não dependem de seu comportamento passado. Já na leitura alternativa o tempo é visto como uma variável que restringe nosso campo de ação, isto é, consideramos a possibilidade de *lock-in*, em que certas instituições herdadas limitam nossas escolhas presentes. Adicionalmente, o método hipotético-dedutivo empregado pelo neoclassicismo se reflete em interpretação do cientista social imparcial e objetivo, ao contrário do método histórico-dedutivo, o qual opera em um nível menor de abstração, considerando a influência que estruturas sociais exercem sobre a visão do cientista social.

Ainda que o elemento marxiano em sua obra seja por vezes salientado na literatura sobre suas contribuições, uma outra fonte nos instiga: a Escola Histórica Alemã. Diferentes autores atentam para a atuação dos *insights* historicistas presentes em Schumpeter, culminando em uma leitura mais ampla da ciência econômica.

Para Shionoya (2005), a sociologia econômica schumpeteriana teve como pano de fundo os resultados da *Methodenstreit*<sup>15</sup>, em que os métodos teórico e histórico seriam crescentemente separados no escopo da ciência econômica. Schumpeter argumenta que ambas as abordagens são legítimas, a escolha depende da natureza do problema de pesquisa do cientista social.

Swedberg (1995) pontua sobre a presença desse elemento interdisciplinar que se trata de uma visão da economia como um fenômeno eminentemente social, no qual os processos econômicos se encontrariam entrelaçados com as demais esferas sociais. Essa interpretação é designada de socioeconomia (*Sozialökonomie*), e existem traços de sua presença desde a segunda obra de Schumpeter

---

<sup>14</sup> As posições da sociologia econômica nos dois quesitos se fazem presentes na obra de Schumpeter, como na forma que contrasta o produtor rotineiro do fluxo circular e o empresário disruptor das rotinas de negócios, por um lado, e sua interpretação do capitalismo como um processo de transformações endógenas suscitadas pelos empresários que alteram as preferências dos consumidores (preferências não sendo exógenas), refletindo uma leitura de desequilíbrios gerados pelos processos inovativos.

<sup>15</sup> Refere-se à “disputa do método” entre seus dois protagonistas: Carl Menger e Gustav von Schmoller. Resumidamente, a controvérsia se deveu a que Menger enfatizava o caráter teórico/abstrato da ciência econômica, contrariamente a Schmoller, o qual via no estudo histórico a principal ferramenta de investigação do economista. É interessante notar que Schumpeter (1955, p. 814, tradução nossa) tem uma postura conciliadora da controvérsia, afirmando se tratar de “energias desperdiçadas, que poderiam ter sido voltadas a melhor uso”.

(*Teoria do Desenvolvimento Econômico*); a sociologia econômica seria um dos quatro campos que compõem a socioeconomia<sup>16</sup>.

Swedberg (1989) identifica uma passagem de *História da Análise Econômica* em que Schumpeter reconhece a importância de Weber para o surgimento da sociologia econômica<sup>17</sup>:

Sua obra e ensinamento [de Weber] tinha muito a ver com o surgimento da Sociologia Econômica no sentido de uma análise das instituições econômicas, o reconhecimento da qual como um campo distinto esclarece tantos problemas metodológicos (SCHUMPETER, 1955, p. 819, tradução nossa).

Se tomarmos um dos conceitos usualmente identificados com Schumpeter, qual seja, ‘destruição criativa’, é possível se encontrar como precursor um membro da Escola Histórica. Segundo Reinert (2019b, p. 28, tradução nossa): “As fundações da economia Schumpeteriana também foram jazidas pela Escola Histórica. O conceito mais conhecido de Schumpeter na economia, ‘destruição criativa’, foi primeiro usado por Werner Sombart, [...]”<sup>18</sup>.

Adicionalmente, a própria teoria do empresário presente em sua obra também encontra respaldo nessa escola:

Nesse contexto, não deveria ser surpreendente que a noção correspondente de especificidade histórica foi elaborada de forma mais proeminente nos arcaísmos conceituais da Escola Histórica Alemã. De fato, partes relevantes da abordagem Schumpeteriana ao empreendedorismo, especialmente seus aspectos institucionais, devem ser localizadas no historicismo alemão (EBNER, 2003, p. 118, tradução nossa).

Adicionalmente, os elementos historicistas presentes em sua obra poderiam mesmo nos levar a uma identificação de Schumpeter com essa escola:

Ao contrário da visão convencional, eu acredito que Schumpeter deveria ser reconhecido como um dos sucessores da Escola Histórica Alemã porque ele tentou uma reconstrução racional daquela escola, especialmente o programa de pesquisa de Schmoller, em termos de sociologia econômica e fez sua própria contribuição a partir dessa perspectiva (SHIONOYA, 2005, p. 3, tradução nossa).

O termo “sociologia econômica” aponta, deste modo, para uma parte do campo em que os interesses de estudo de economistas e sociólogos se interceptariam. Economia e sociologia apresentam, nesse sentido, um ponto de contato e uma diferença. Analiticamente, ambas empregam a mesma operação de conceitualização, e apenas em um momento posterior a coleta de dados; isso as isolaria dos estudos

<sup>16</sup> Como aproximação, a socioeconomia se apresentaria como um estudo das relações entre economia e processos sociais. Essa perspectiva multidisciplinar foi mais bem articulada em sua obra póstuma, *História da Análise Econômica*, na qual Schumpeter (1955) elenca que todo economista deveria dominar quatro campos: teoria econômica, estatística, história econômica e sociologia econômica. Os três primeiros, juntos, correspondem ao que ele denomina de “análise econômica”, ao passo que todos os quatro formariam a economia científica ou socioeconomia (*Sozialökonomie*), termo este que toma emprestado de Weber.

<sup>17</sup> Recorde-se que na seção anterior foi citado o modo como Schumpeter enxerga a filiação da sociologia econômica tanto na obra de Weber como na de Schmoller e Sombart.

<sup>18</sup> Para uma discussão acerca da origem filosófica do conceito de ‘destruição criativa’, e em particular de sua elaboração em Sombart, ver Reinert e Reinert (2006).

puramente históricos ou etnológicos, os quais iniciam com a coleta de dados. Contudo, um aspecto metodológico que as diferencia é que, ao passo que a economia se vale do individualismo metodológico<sup>19</sup> em suas investigações, a sociologia, por estudar o fenômeno social como algo *sui generis*, prescinde dessa abordagem (SWEDBERG, 1989).

De fato, a sociologia econômica na leitura de Schumpeter é vista como uma disciplina que pertence à ciência econômica, não se confundindo com uma análise sociológica da economia. Ao comentar sobre os conflitos existentes entre sociólogos e economistas, ele pontua que, se por um lado essa convergência de interesses tem sido cada vez menor, por outro não se deveria perder de vista que uma mistura inconsequente de ambas as disciplinas levaria a possível perda de análises satisfatórias. Em suas palavras, tem-se que: “Como um economista eminente certa vez observou, a fertilização recíproca pode facilmente resultar em esterilização recíproca” (SCHUMPETER, 1955, p. 27, tradução nossa).

Cabe, portanto, identificar seu objeto e método de estudo. Se por um lado a teoria econômica tem por objetivo a explanação que concatena causa e efeito em termos universalmente válidos, e por outro lado a história econômica lida com aquilo que é individual e temporal, o fato de ambas não serem excludentes pressupõe um limiar de contato em comum. Contudo, esse mesmo limiar aponta para um tipo de investigação diferente de ambas. A integração possível entre teoria e história nos termos da sociologia econômica apontaria para uma abordagem que prezaria pelo estudo de certos fatos e instituições como se fossem um “tipo de história econômica generalizada ou tipificada ou estilizada” (SCHUMPETER, 1955, p. 20, tradução nossa).

Ou seja, ao mesmo tempo em que a economia, enquanto ramo organizado da ciência social, não pode prescindir da articulação causal e atemporal dos fenômenos econômicos, deve atentar para o fato de que o fenômeno econômico pode se manifestar de formas diferentes em lugares e tempos diversos. Conforme Schumpeter:

Vamos nos ater, agora, às implicações do fato óbvio de que o objeto de estudo da economia é ele mesmo um processo histórico único [...] de modo que, sobremaneira, a economia de diferentes épocas lida com diferentes conjuntos de fatos e problemas (SCHUMPETER, 1955, p. 5, tradução nossa).

Existiriam dois grupos básicos de problemas estudados pela sociologia econômica schumpeteriana:

Sociologia econômica cobre, primeiro, os fatos do comportamento econômico dos quais economistas criam certas suposições e, segundo, as instituições que caracterizam a organização econômica das sociedades a serem estudadas (SCHUMPETER, 1955, p. 544, tradução nossa).

---

<sup>19</sup> Segundo Machlup (1951) foi Schumpeter quem teria cunhado o termo ‘individualismo metodológico’. Também deve-se pontuar que não se trata, aqui, de uma leitura atomista do individualismo metodológico, em que as ações e comportamentos individuais existem em um “vácuo”; esse ponto será retomado na seção seguinte.

O primeiro elemento, portanto, diria respeito ao elemento motivacional que subjaz as ações econômicas. Subtende-se que os agentes econômicos não se limitam ao comportamento maximizador de utilidade do *homo economicus* neoclássico. No tocante às instituições, Schumpeter (1983) pontua que se trata de comportamentos impostos sobre os indivíduos, não se limitando às instituições legais como propriedade, contrato e entes públicos. Portanto, instituições correspondem tanto àquelas formais mencionadas como as informais, dentre elas a unidade familiar. Essas duas problemáticas serão aplicadas na seção seguinte, ao analisarmos o capitalismo à luz de sua sociologia econômica.

### **O CAPITALISMO NA ÓTICA DA SOCIOLOGIA ECONÔMICA SCHUMPETERIANA**

Como visto, essa outra grande corrente de pensamento econômico de cunho heterodoxo serviu de esteio para análises mais concretas e amplas do fenômeno econômico, também admitindo heterogeneidade de políticas a serem adotadas a depender do contexto institucional e do quadro histórico em que cada sociedade em uma época e local particulares se encontra.

Nesse sentido, é notório que uma das grandes problemáticas de pesquisa da ciência social, em especial alemã, no começo do séc. XX foi o capitalismo enquanto realidade histórica, sua gênese e natureza. Dentre os autores que tiveram essa preocupação estavam, dentre outros, Max Weber, Werner Sombart, Ferdinand Tönnies e Georg Simmel (WHIMSTER, 2009). Em particular, essa questão de pesquisa foi notória nos escritos da assim denominada “Mais Jovem Escola Histórica”:

Essa escola tentou desenvolver um modo de investigação totalmente diferente do capitalismo contemporâneo, uma abordagem que era tanto empírica como teórica. Eles propuseram uma teoria da origem do capitalismo, a conexão da economia com valores espirituais e éticos. Eles descobriram o papel especial da burocracia e propuseram uma teoria de ciclos de negócios como um aspecto da economia capitalista. Suas contribuições foram diversas (RIHA, 1985, p. 102, tradução nossa).

Argumenta-se que Schumpeter herda essa preocupação de estudo com o capitalismo ao investigar seu devir na relação entre economia e sociedade. Na sequência, portanto, serão introduzidas algumas suposições relevantes para compreender sua discussão do capitalismo nos termos da sociologia econômica.

A primeira observação a se ter em mente é que ele visualiza uma sociedade em dois níveis: sistema e ordem<sup>20</sup>(SCHUMPETER, 2010). Ambos os níveis podem ser compreendidos conceitual e empiricamente. Por sistema entende-se, conceitualmente, as relações e mecanismos econômicas

---

<sup>20</sup> A similaridade com as categorias marxianas de ‘infraestrutura’ e ‘superestrutura’ é notável. Posteriormente, Schumpeter (1954) mesmo aparenta indicar essa aproximação, porém, alternativamente usando os termos estrutura econômica e estrutura social, e a esta se associando o que chama de superestrutura cultural ou *Zeitgeist*; também se aponta para a heterogeneidade de uma sociedade, em que sempre existem elementos de sociedades passadas presentes.

propriamente. Alternativamente, o arcabouço institucional no qual o sistema se encontra se configura a ordem.

Há que se apontar que Schumpeter aparenta operar por meio de tipos ideais, de modo que a comparação com a situação concreta admite apenas uma aproximação. Nos termos de sua análise, isso apontaria para o fato de qualquer sociedade ser heterogênea nas estruturas e princípios que as dispõem. Assim o é, pois:

[...] sociedade alguma jamais é homogênea. Com isto não quero dizer apenas que o setor político de cada sociedade emerge de, e, portanto, reflete, todos os diferentes interesses e atitudes dos vários grupos e classes que o sistema social prevalecente produz. Me refiro a algo muito mais fundamental: toda sociedade contém, em qualquer momento, elementos que são os produtos de diferentes sistemas sociais. Assim, a sociedade feudal abrigou [...] também outros elementos [...] Na época capitalista, as classes que são os produtos do processo capitalista dificilmente são encontradas sozinhas (SCHUMPETER, 1951, p. 171-172, tradução nossa).

O capitalismo é visualizado, nos termos anteriores, como um ‘sistema’ baseado em três elementos: propriedade privada dos meios de produção, produção para venda e crédito (SCHUMPETER, 2010). Por sua vez, a ‘ordem’ capitalista é, fundamentalmente, racionalista, aqui compreendida como a adoção sistemática de métodos ou posturas que adequem meios a fins. Consequentemente, ele ressalta o papel do capitalismo nesse processo: “Nesse sentido, o capitalismo — e não simplesmente a atividade econômica em geral — foi a força propulsora da racionalização do comportamento humano” (SCHUMPETER, 2017, p. 177).

Este racionalismo é impulsionado pelo processo capitalista em dois sentidos: ainda que não tenha criado a moeda, a torna unidade de conta que culmina na contabilidade de partidas dobradas, reforçando essa disposição “sistemática” diante dos problemas; em segundo lugar, estando a mobilidade de classes calcada no sucesso empresarial, a ruptura com a estaticidade da sociedade pré-capitalista envolve o estímulo à postura transformadora (SCHUMPETER, 2017).

Porém, e como foi observado anteriormente, sociedades homogêneas não existem concretamente, sendo apenas figmentos criados pelo cientista social para compreensão dos fenômenos sociais. Em outras palavras, a sociedade capitalista concreta, assim como qualquer outra, herda elementos que lhe são alheios, que lhe antecedem.

Consequentemente, aqui se coloca a questão fundamental da sociologia econômica de Schumpeter: existem motivos para a transformação de uma sociedade por causas *endógenas*? Isto é, ao isolarmos desastres naturais, guerras e outros fenômenos *exógenos*, seria possível identificar uma tendência à autodestruição/transformação pela lógica mesma de sua operação?

A resposta, para ele, é positiva. Essa percepção pode ser obtida ao se atentar para uma problemática apontada por Schumpeter (2010, p. 16, grifo do autor) entre a instabilidade do sistema e da

ordem: “É lógico, a simples instabilidade do *sistema*, se suficientemente grave, pode ameaçar a estabilidade da *ordem*, ou o *sistema* pode ter uma tendência inerente para destruir a *ordem*, solapando as posições sociais nas quais esta se apoia”.

Isto é, nos termos da sociologia econômica, a economia é visualizada não isoladamente da estrutura social na qual opera, como é continuamente moldada e “age” sobre tal estrutura social. Ao mesmo tempo a natureza evolucionária da sociedade nos dois aspectos (econômico e social) é enfatizada. Este raciocínio, aplicado ao capitalismo, aponta para sua transformação, sendo sintetizado nas seguintes palavras:

A tese que vou me esforçar para demonstrar é de que o desempenho presente e futuro do sistema capitalista é tal que *rejeita a ideia do seu colapso sob o peso do fracasso econômico, mas que o seu próprio sucesso [econômico] solapa as instituições sociais que o protegem* e cria, “inevitavelmente”, as condições nas quais ele não poderá viver e que designam claramente o socialismo como seu herdeiro legítimo<sup>21</sup> (SCHUMPETER, 2017, p. 92, grifo nosso).

Para melhor compreensão dessa passagem, é sugerida a seguinte interpretação da sociologia econômica schumpeteriana do capitalismo: o processo capitalista é *dual*, em que consiste simultaneamente em um processo de destruição criativa na esfera econômica (sistema) e um processo de racionalização na esfera institucional (ordem).

A dinâmica econômica do capitalismo é identificada em termos da introdução de novas combinações por parte dos empresários inovadores. A ação empresarial está dissociada conceitualmente tanto, por um lado, das invenções (em que estas consistem apenas em novas articulações mentais), quanto dos capitalistas, por outro, uma vez que estes se caracterizam pela disponibilização de poder de compra (crédito ou capital) para que os empresários introduzam suas inovações.

Inovações, conseqüentemente, se agrupariam em cinco modalidades: novos bens de consumo, novos métodos de produção, introdução de novos insumos, ingresso em novos mercados e reorganização de setor ao erigir ou derrubar monopólio (SCHUMPETER, 1949). Schumpeter (2017) posteriormente identificaria o processo recorrente de desvalorização dos bens e modos de produção existentes em virtude da introdução de inovações como ‘destruição criativa’.

Esse processo de destruição criativa, não obstante os desajustes algo traumáticos criados, é condição *sine qua non* para a existência do capitalismo, de sorte que:

O capitalismo é, por natureza, uma forma ou método de transformação econômica e não só não é, como não pode ser estacionário. E o caráter evolucionário do processo capitalista não se deve meramente ao fato de a vida econômica transcorrer em um ambiente social e natural que se

---

<sup>21</sup> É importante notar que, ao falar de tendências objetivas ao socialismo, Schumpeter não está necessariamente fazendo um juízo de valor, ou, se tanto, um juízo de valor positivo a respeito. Fazendo menção a figura de Gustav von Schmoller, por exemplo, ressalta que “estava suficientemente persuadido do fluxo constante de instituições sociais, e ele não negou a existência de tendências em direção ao socialismo. Mas ele não se identificou com o ideal do socialismo como um objetivo de desenvolvimento”. (SCHUMPETER, 2018, p. 266, tradução nossa).

transforma incessantemente e cujas transformações alteram os dados da ação econômica; [...] O impulso fundamental que põe e mantém em movimento a máquina capitalista é dado pelos novos bens de consumo, os novos métodos de produção ou transporte, os novos mercados e as novas formas de organização industrial criadas pela empresa capitalista (SCHUMPETER, 2017, p. 119).

É preciso salientar um aspecto “negativo” de sua interpretação, ou o motivo pelo qual o capitalismo *não* irá decair, qual seja, a performance econômica do sistema. Schumpeter (2017) concentra este aspecto da discussão ao pontuar três grupos de motivos possíveis para a derrocada econômica do capitalismo: os fatores ambientais, correspondendo às políticas e elementos sociopsicológicos da atuação empresarial<sup>22</sup>; o motor do capitalismo, entendido como transição para unidades produtivas maiores (leia-se com poder de monopólio) que executam medidas restritivas de preços e produto; e o desaparecimento das oportunidades de investimento. Neste ponto, no entanto, seu foco está no terceiro grupo de motivos. O desaparecimento das oportunidades de investimento poderia ser visualizado em termos da saturação da demanda, declínio absoluto na população, esgotamento de novas terras, cessamento de novas tecnologias e oportunidades disponíveis apenas ao setor público.

A saturação da demanda, ou o “congelamento” das preferências dos consumidores, é dispensada, uma vez que não existem motivos para tanto. Esta primeira possibilidade é por vezes associada a segunda, qual seja, o declínio populacional, uma vez que poder-se-ia supor que, tanto pelo lado da demanda (redução na demanda efetiva) quanto pelo lado da oferta (menor emprego de trabalho na produção), ela ensejaria redução no produto total; esta segunda possibilidade também é dispensada por pressupor que produtividade do trabalho é constante. O esgotamento de terras por sua apropriação, por também assumir rendimentos decrescentes pela aplicação dos insumos, é dispensada ao considerarmos os avanços tecnológicos que elevam produtividade dos fatores (SCHUMPETER, 2017).

Na sequência, o estancamento tecnológico é outra possibilidade objetada. A elevação na produtividade dos fatores em razão da introdução de novas tecnologias não obedece a noção de retornos marginais decrescentes, não sendo possível apontar para a estagnação do capitalismo por essa via<sup>23</sup>. Por fim, também se pontua possibilidade de investimentos públicos substituírem os privados, quer seja pelo fato de o cálculo monetário não ser totalmente eficaz para evidenciar utilidade, ou por certos bens

<sup>22</sup> Grosso modo, este grupo de motivos é visto por ele como responsável pela derrocada do capitalismo, porém, sobremaneira em seus impactos propriamente institucionais, e não econômicos. Adiante, serão introduzidos os motivos para tanto.

<sup>23</sup> Ele também aponta para duas variantes dessa hipótese. A primeira delas preocupa-se com uma possível saturação da complementaridade entre trabalho e capital, ou seja, o fator trabalho já teria a seu dispor os equipamentos necessários para condução produtiva e, portanto, toda demanda por bens de capital teria exclusivamente objetivo de reposição por depreciação. A segunda indica uma tendência a que a demanda por bens de capital seja declinante, decorrendo de tecnologias que poupam investimento em capital fixo. Sumariamente, Schumpeter dispensa, também, ambas as variantes, apontando para o caráter econômico “destrutivo” do capitalismo quando da introdução de inovações que desvalorizam economicamente os bens de capital preexistentes, assim permitindo continuidade da expansão do produto total.

crescentemente adquirindo características de bens providos pelo setor público (bens públicos). Este último fator não é considerado por ele como implicando, necessariamente, a exclusão de todo investimento privado, novamente referenciando às objeções aos fatores anteriores (SCHUMPETER, 2017).

O motivo para esta digressão está em salientar que seu argumento aponta para uma transformação no capitalismo, porém, de cunho *institucional*, e não decorrendo tão somente por causas econômicas<sup>24</sup>. Ele conclui nesse sentido que: “Em todo caso, não há razões puramente *econômicas* que impeçam o capitalismo de transpor com sucesso uma nova etapa, e essa é a única coisa que quis demonstrar” (SCHUMPETER, 2017, p. 228).

Se até então a elaboração do motor econômico capitalista indicaria resultado bem-sucedido, cabe indicar agora seus impactos sobre as instituições que regem a sociedade capitalista, ou sua ordem. De fato, e como visto anteriormente, ele visualiza no tipo de mentalidade disseminada pelo processo capitalista também um elemento racionalizador, ou em outros termos, um “espírito” crítico:

Quando está suficientemente desenvolvido, o hábito da análise racional das tarefas cotidianas da vida e do comportamento racional perante elas se volta para a massa de ideias coletivas, critica-as e, até certo ponto, as ‘racionaliza’ mediante perguntas como, por exemplo, o que justifica a existência dos reis e dos papas, ou a da subordinação, ou a dos dízimos ou a da propriedade (SCHUMPETER, 2017, p. 173).

A correta compreensão de como a sociologia econômica schumpeteriana enxerga essa transformação é possível apenas quando, consonante à ideia de heterogeneidade dos elementos sociais, se visualiza que a sociedade capitalista exige elementos extracapitalistas que lhe assegurem estabilidade. Consequentemente, cabe compreender o que motiva Schumpeter (2017, p. 226, grifo nosso) fazer o seguinte comentário:

Assim, o mesmo processo econômico que solapa a posição da burguesia diminuindo a importância das funções dos empresários e capitalistas, desfazendo-se dos estratos e instituições protetores e criando uma atmosfera de hostilidade também decompõe *por dentro* as forças motoras do capitalismo. *Nada mostra tão bem que a ordem capitalista não só se apoia em pilares [instituições] feitos de material extracapitalista, como também deriva a sua energia de padrões de comportamento extracapitalistas que, ao mesmo tempo, ela está fadada a destruir.*

É possível interpretar as transformações institucionais endogenamente geradas por que passa o capitalismo em quatro termos: a obsolescência da figura do empresário, com respectiva mudança na dinâmica das unidades produtivas; a despersonalização das instituições formais (propriedade e contrato); perda de simbiose entre políticas e iniciativa privada; e definimento das instituições informais.

---

<sup>24</sup> Ainda que o espaço não permita uma exposição mais detida, sua percepção mesma de uma “obsolescência” empresarial no capitalismo, a rigor, aponta não tanto para o desaparecimento da função empresarial, isto é, da introdução de inovações, mas, sim, para seu deslocamento em direção a formas “impessoais” e sistemáticas, como no caso dos departamentos de P&D das grandes empresas. Este processo indica de maneira nítida como ele visualiza a transformação mesma de um aspecto fundamental do capitalismo.



A primeira transformação pode ser enxergada, primeiramente, ao notarmos uma diferença fundamental na própria leitura do processo inovativo em Schumpeter. Ao passo que em *Teoria do Desenvolvimento Econômico* a dinâmica capitalista gira em torno de novas empresas inovadoras que competem ao lado das velhas firmas<sup>25</sup>, em *Capitalismo, Socialismo e Democracia* são grandes empresas, preexistentes, que introduzem inovações de forma contínua.

De fato, a sistematização das inovações, aliada à atenuação da resistência do mercado aos novos produtos gerados, induz uma paulatina obsolescência da função empresarial exercida pelo indivíduo privado, função que, ainda que deslocada, aponta para uma superação do processo inovativo capitalista<sup>26</sup> (SCHUMPETER, 2017). Contrastando entre as duas dinâmicas inovativas, ele pontua:

Tudo isso é diferente no capitalismo *oligopolizado*. A inovação, neste caso, não está mais incorporada *tipicamente* às novas firmas, mas vai em frente no seio das grandes unidades agora existentes, na maior parte, independentemente de pessoas individuais. Ela sofre muito menos atritos, já que o fracasso em cada caso particular deixa de oferecer perigo, e ela tende a ser conduzida como um assunto rotineiro de acordo com o conselho de especialistas. [...] O progresso torna-se *automatizado*, cada vez mais impessoal e cada vez menos uma questão de liderança e de iniciativa individual. Isto representa uma mudança fundamental em muitos aspectos, alguns dos quais fogem muito da esfera econômica (SCHUMPETER, 2010, p. 37, grifo do autor).

A segunda visualização do impacto da racionalização induzida pelo processo econômico pode ser feita ao considerarmos que os conceitos de ‘propriedade’ e ‘contrato’ não são puramente econômicos, havendo uma dimensão social/institucional em sua natureza. Primeiramente, por uma questão metodológica existem conceitos que são, por natureza, universais, tais como os de ‘necessidade’, ‘escolha’ e ‘bem econômico’. Outros podem admitir algum elemento histórico específico, mas que por uma leitura demasiado abstrata findam por se distanciar da realidade histórica em que podem se encontrar, exemplos sendo ‘preço’ e ‘custo’. Entretanto, existem aqueles conceitos que, inevitavelmente, possuem um caráter específico, não podendo ser “deslocados” da sociedade onde se encontram originalmente, como por exemplo nos casos de ‘posseção’ ou ‘propriedade’, os quais estão inseridos no

---

<sup>25</sup> É importante fazer uma observação acerca do instrumental teórico de Schumpeter em *Teoria do Desenvolvimento Econômico*. O instrumental estático compreenderia o processo “equilibrador” no qual uma economia convergiria para valores de equilíbrio, processo esse induzido pela ação do agente adaptativo do fluxo circular; por outro lado, o processo do desenvolvimento econômico (“desequilibrador”) seria compreendido pelo instrumental dinâmico, o qual admite um segundo tipo de agente criativo (empresário) responsável pelo desenvolvimento. No fluxo circular schumpeteriano a taxa de juro zeraria, os preços dos bens finais se igualando aos seus custos de produção. Pode-se argumentar que o desenvolvimento econômico, por sua vez, apresenta alguns sinais de superação da teoria econômica pura, no sentido de passar a considerar elementos institucionais e motivacionais, como é o caso tanto da introdução do sistema de crédito (peculiar ao capitalismo) que provê capital ao empresário como da dimensão extra-racional da mesma ação empresarial.

<sup>26</sup> Sobre a tese da obsolescência da função empresarial em Schumpeter, cabe outra observação. Ainda que ele postule a obsolescência da *função* empresarial, o que aparenta estar argumentando é, ao invés, que dita função é *deslocada*, com o agente motriz executor das inovações passando de um indivíduo “privado” para, digamos, estruturas impessoais e técnicas como no caso dos departamentos de P&D de grandes empresas.

contexto de uma sociedade mercantil<sup>27</sup> (SCHUMPETER, 2017), e poderíamos elencar que também a própria noção de relação contratual pertence apenas a uma sociedade mercantil.

Essa transformação pode ser percebida por um conceito de Schumpeter (2017) denominado “Evaporação da Substância da Propriedade”, a qual apresenta duas dimensões: produtiva e de consumo<sup>28</sup>. Ela denota um processo de ‘despersonalização’ institucional, em que a propriedade passa por uma mutação em sua natureza e identificação pessoais, deslocando-se da esfera pessoal.

As corporações de capital aberto são um caso típico da primeira dimensão, podendo ser visualizado em três níveis: os executivos e administradores; os grandes acionistas; e os pequenos acionistas. No caso dos primeiros, o fato mesmo de se tratar de administradores enseja um comportamento de tipo “funcionário”, enquanto que entre os acionistas a carência de uma responsabilidade imediata de sua propriedade enfraquece seu aspecto “privado”. O caso do contrato é algo similar, em que a relação contratual articulada diretamente entre as partes, com alta dose de ‘pessoalidade’, é burocratizada com o auxílio de instrumentos legais para um número igualmente impessoal de funcionários (SCHUMPETER, 2017). Ele resume o processo:

Assim, o processo capitalista arrasta para o segundo plano todas essas instituições, particularmente a da propriedade e a da liberdade de contrato, que expressavam as necessidades e as práticas da atividade econômica verdadeiramente ‘privada’. Quando não as suprime, como já fez com a liberdade de contrato no mercado de trabalho, ele atinge o mesmo objetivo deslocando a importância relativa das formas jurídicas existentes — por exemplo, as formas jurídicas próprias das sociedades anônimas em oposição às da sociedade de participação ou da empresa individual — ou lhes alterando o conteúdo e significados. Ao substituir os muros e as máquinas de uma fábrica por uma simples carteira de títulos, o processo capitalista depaupera a ideia de propriedade. [...] Desmaterializada, desfuncionalizada e ausente, a propriedade não impressiona nem suscita subordinação moral como fazia a forma vital da propriedade<sup>29</sup> (SCHUMPETER, 2017, p. 199).

Se por um lado tal evaporação da substância da propriedade ocorre no escopo produtivo com a despersonalização da relação proprietário-propriedade, por outro algo análogo procede no lado consumidor. O processo de diferenciação e progresso repercutido nos serviços, por um lado, tornou quase obsoleto o tipo de bens de consumo e lazer internalizados domesticamente, e por outro também incitou mudança na própria estrutura doméstica, com opção por lares de menor porte. Uma das consequências é que um motivador para o desejo de obtenção de rendas além de certo nível cessa de existir

<sup>27</sup>Schumpeter visualiza um sistema mercantil como aquele onde vigora propriedade privada dos meios de produção e regulação privada das atividades econômicas. O capitalismo seria um caso particular da sociedade mercantil, cuja diferença específica é o crédito produtivo.

<sup>28</sup> Ou evaporação da substância das propriedades industrial e de consumo.

<sup>29</sup> É importante ressaltar que a noção de propriedade, como foi dito, está presente em toda sociedade mercantil, seja ela capitalista ou não. Porém, considerando que a sociologia econômica toma a interação entre processo econômico e instituições como partida para sua investigação, aponta-se para um elemento enfatizado no capitalismo: a racionalização.

(SCHUMPETER, 2017), estando atrelado à modificação dos motivadores da ação econômica abordados adiante.

Em seguida, vemos outra transformação institucional suscitada pelo processo racionalizador capitalista, desta vez na esfera política. Schumpeter (2017) recorre a um argumento de “simbiose”, apontando para a existência de relação necessária entre o poder político representado pelo Estado e os produtores industriais. Mesmo nos tempos do ‘capitalismo intacto’ (séc. XIX) havia um forte componente aristocrático ou pré-capitalista que regia as coisas políticas, existindo, na prática, um estrato legitimador e protetor dos interesses industriais. Este fato seria um resquício decorrente do objetivo das classes dirigentes políticas dos sécs. XVI ao XVIII de explorar os ganhos engendrados pelo processo capitalista. A classe de produtores industriais ou burgueses, a pesar pelo seu caráter destituído de qualquer elemento que evocasse legitimidade (por se tratar de um grupo voltado aos interesses “privados”), exigiria, portanto, que tais elementos pré-capitalistas ocupassem o Estado e salvaguardasse seus interesses. Que essa simbiose está fadada a ruir sob o peso do sucesso econômica capitalista (no longo prazo), está ligado a um impacto da concentração produtiva: a destituição dos pequenos proprietários, exemplificado nos artesãos.

Que a exploração de oportunidades de lucro, ensejadas por ganhos de escala obtidos em estruturas produtivas com algum poder de monopólio, incita um movimento de concentração produtiva e destitui os pequenos proprietários, tendo seus efeitos políticos, é visualizável ao se notar que são eles que “pesam quantitativamente nas eleições e exercem sobre aquela que podemos denominar classe dos quadros uma influência que nenhuma administração de grande empresa é capaz de exercer; [...]”<sup>30</sup>(SCHUMPETER, 2017, p. 197). Dito de outro modo, os efeitos de curto prazo do processo capitalista engendram tal ressentimento entre os desapropriados que tenderia a incitar movimentações políticas no sentido de o Estado, que até então era visto como um “aliado” do capitalismo, passar a implementar restrições crescentes à sua iniciativa<sup>31</sup>.

Schumpeter resume as consequências desse aspecto político:

Ao destruir o arcabouço pré-capitalista da sociedade, o capitalismo destruiu não só as barreiras que lhe impediam o progresso, como também os contrafortes que evitavam seu colapso. Esse processo de destruição, impressionante na sua necessidade inexorável, não foi meramente uma

<sup>30</sup> Um exame detido da teoria da democracia em Schumpeter supera os limites desse trabalho. Para sua explicação, a quarta parte de *Capitalismo, Socialismo e Democracia* elabora em detalhes sua leitura.

<sup>31</sup> É importante ressaltar nesse contexto o elemento “intelectual” na geração de políticas regulatórias e/ou transformadoras do capitalismo. Que a atitude de intelectuais que articulam as insatisfações populares de forma a ensejar efeitos políticos, no entanto, não deixa de ser resultado do próprio processo capitalista é apontado por ele: “Naturalmente, a hostilidade do grupo intelectual — que chega a ser a reprovação moral da ordem capitalista — é uma coisa; e a atmosfera geral hostil que cerca o sistema capitalista, outra. Esta é o fenômeno realmente significativo; e, não sendo simplesmente o produto daquela, flui em parte de fontes independentes, algumas das quais foram mencionadas acima; à medida que o faz, é a matéria-prima com a qual o grupo intelectual trabalha” (SCHUMPETER, 2017, p. 214).

questão de remover a madeira podre institucional, mas de remover parceiros do estrato capitalista, com os quais a simbiose era um elemento essencial ao equilíbrio do capitalismo (SCHUMPETER, 2017, p. 195).

Ressalta-se que essa leitura da mudança de motivadores que ocorreria sob o capitalismo representa uma divergência do *mainstream*, pois Schumpeter não reduz a conduta econômica ao mero elemento aquisitivo, tal como fazem autores neoclássicos. Existiria um motivador *extraeconômico* da ação econômica que não pode ser compreendido apenas pela observação das ações “objetivamente”. A seguinte afirmação constata tal rejeição do construto do homem maximizador de utilidade: “Aqueles que não objetam a *todo* tipo de psicologia, mas apenas ao *tipo* de psicologia que conhecemos do livro-texto tradicional, verão que não adotamos qualquer parte da imagem honrada pelo tempo da motivação do ‘homem econômico’” (SCHUMPETER, 1949, p. 90, tradução nossa, grifo do autor).

Logo no início do primeiro capítulo de *Teoria do Desenvolvimento Econômico*, Schumpeter (1949) aponta que as ações econômicas estariam imersas no ambiente social que as circunscreve. As condutas humanas teriam por resultado a totalidade dos fatos sociais, ao passo que a ‘conduta econômica’ é a ação peculiar da esfera econômica, a qual visa obtenção de bens. Aqui é possível notar um traço da sociologia econômica, uma vez que existe a identificação de ação econômica tanto no sentido estrito, a ‘conduta econômica’ propriamente, quanto na leitura mais ampla que envolve outras duas categorias: ‘motivo econômico’ e ‘força econômica’.

Conduta, por um lado, e motivo e força, por outro, não devem ser confundidos, uma vez que a mesma ação tipicamente econômica pode ser induzida por desígnios diferentes. A ação do homem que pertence ao construto imaginário do fluxo circular<sup>32</sup> teria por único motivador a *satisfação de necessidades*, vale dizer, através da aquisição de bens; ela é denominada de *hedonista*<sup>33</sup>. Por outro lado, o agente peculiar ao desenvolvimento econômico corresponde ao empresário, sendo este dotado de outros motivadores que não a ação visando única e exclusivamente a satisfação de necessidades, havendo um elemento não hedonista e, enfatiza-se, *extraeconômico*. São três os motivadores do agente criativo (empresário) no capitalismo: a obtenção de distinção social pela extensão do alcance dos negócios (“fundação de um reino privado”); sucesso *vis-à-vis* os demais indivíduos (“vontade de conquistar”); e

---

<sup>32</sup> O fluxo circular pode ser entendido em dois níveis: instrumental e processual. Schumpeter utiliza o instrumental ou construto do fluxo circular como forma de isolar todas as variáveis econômicas daquelas não econômicas, de modo que se possa obter um conjunto de valores de preço e quantidade de equilíbrio segundo os dados existentes. É preciso enfatizar, também, que o fluxo circular não se confunde com o que se entende por estado estacionário, uma vez que ele permite que o sistema se adapte (a passos infinitesimais) a uma mudança nos dados; em outras palavras, o instrumental do fluxo circular permite enxergar os processos de convergência ao equilíbrio das economias reais, sendo compatível com o conceito de ‘crescimento’, diferente do ‘desenvolvimento’.

<sup>33</sup> O termo hedonismo, nesse contexto, não se refere necessariamente a um comportamento do tipo “egoísta”, ainda que o termo possa dar tal impressão. Seu significado, aqui, remete mais ao caráter adaptativo e passivo do agente representativo do fluxo circular.

exercício do potencial criativo como um fim em si mesmo (“júbilo de criar”) (SCHUMPETER, 1949).

Conseqüentemente:

o tipo de conduta em questão não apenas difere das outras em seu objetivo, ‘inovação’, ser peculiar a ele, mas também em que pressupõe atitudes distintas *em qualidade* e não apenas em grau daquelas do mero comportamento econômico racional (SCHUMPETER, 1949, p. 81, tradução nossa, grifo do autor).

Mesmo ao limitarmos nossa análise à situação do fluxo circular e do seu agente representativo, o agente adaptativo que opera rotineiramente, verificamos que aquilo que lhe impele em sua conduta econômica, suas preferências e anseios, se origina da influência de estruturas sociais sobre si, quer seja ela a família ou unidades sociais maiores ou menores que ela, de modo que um conjunto de hábitos e convenções é que governariam a conduta do indivíduo em sua ação econômica (SCHUMPETER, 1949). Ao recorrermos ao conceito anterior de ‘evaporação da substância da propriedade de consumo’, uma de suas conseqüências é que o motivador familiar da conduta econômica é paulatinamente erodido.

Destaca-se o seguinte comentário que reforça essa percepção:

Para saber o que tudo isso significa para a eficiência do sistema capitalista, basta lembrar que a família e o lar familiar costumavam ser a mola propulsora da motivação do lucro tipicamente burgueses. Nem sempre os economistas deram a devida importância a esse fato. [...] Quando essas motivações se esvanecem na visão moral do homem de negócios, surge diante de nós um tipo diferente de *homo oeconomicus*, que se interessa por coisas diferentes e age de modo diferente. Para ele e do ponto de vista do seu utilitarismo individualista, o comportamento do tipo antigo seria, de fato, completamente irracional (SCHUMPETER, 2017, p. 224-225).

Cabe pontuar um aspecto central dessas transformações institucionais. Independentemente de qualquer projeto deliberado de mudança social, aquilo que é enfatizado na sociologia econômica schumpeteriana do capitalismo é que se trata de uma transformação “espontânea”, objetiva, ocorrendo em virtude do processo capitalista mesmo, e não de manipulações conscientes de certos indivíduos<sup>34</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociologia econômica pôde ser vista como uma alternativa à ortodoxia neoclássica, abordando o fenômeno econômico em um grau menor de abstração e, portanto, aproximando o instrumental empregado pelo cientista social/economista dos processos econômicos tais como realmente operam.

Sua elaboração na obra de Schumpeter é vislumbrada em suas investigações acerca dos processos econômicos e institucionais que caracterizam o capitalismo como realidade histórica específica. Argumentou-se, mais além, que esta abordagem tem como principal fonte de inspiração a

---

<sup>34</sup> Essa constatação não necessariamente retruca a autonomia individual enfatizada em sua teoria do desenvolvimento econômico, assim que consideramos que as ações na esfera econômica apresentam conseqüências inesperadas também na esfera social.

Escola Histórica Alemã, entendida como o ápice da economia política alemã com suas críticas ao abstratismo das economias clássica e marginalista.

A principal aplicação feita por Schumpeter no tocante a sua sociologia econômica se encontrou no estudo do capitalismo enquanto realidade institucional em evolução. De feita que o fenômeno econômico não pode ser compreendido plenamente isolado das estruturas institucionais e sociais que o condicionam, este elemento de sua obra possibilitou visualizar como processo econômico, por um lado, e processo institucional, por outro, interagem. Sua investigação, portanto, aponta para as transformações endógenas por que passa o capitalismo.

Uma limitação do presente estudo apontaria, assim, para um futuro aprofundamento das conexões entre Schumpeter, por um lado, e alguns dos membros Escola Histórica Alemã, como Gustav von Schmoller, Werner Sombart e Max Weber. Esse aprofundamento permitiria compreender melhor o grau de originalidade de Schumpeter, e a que ponto teria rearticulado e organizado as contribuições de seus precursores no historicismo alemão.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAIR-TOTTEFF, Cristopher. **Max Weber and the Path from Political Economy to Economic Sociology**. New York: Routledge, 2022.
- CUNHA, Marcelo Durão Rodrigues da. Política social na ciência econômica germânica: gustav von schmoller e os imperativos éticos da historiografia alemã. **História Econômica e História de Empresas**, v. 17, n. 1, p. 45-83, 2014.
- EBNER, Alexander. The Institutional Analysis of Entrepreneurship: Historist Aspects of Schumpeter's Development Theory. *In*: BACKHAUS, Jürgen. **Joseph Alois Schumpeter: Entrepreneurship, Style and Vision**. New York: Kluwer Academic Publishers, 2003.
- HASS, Jeffrey K. **Economic sociology: an introduction**. New York: Routledge, 2007.
- MACHLUP, Fritz. Schumpeter's Economic Methodology. **The Review of Economics and Statistics**, v. 33, n. 2, p. 145-151, 1951.
- REINERT, Erik S. **Como os países ricos ficaram ricos... e por que os países pobres continuam pobres**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.
- REINERT, Erik S. Introduction. *In*: REINERT, Erik S. **The Visionary Realism of German Economics: From the Thirty Years' War to the Cold War**. London: Anthem Press, 2019a.
- REINERT, Erik S. German Economics as Development Economics: From the Thirty Years' War to World War II. *In*: REINERT, Erik S. **The Visionary Realism of German Economics: From the Thirty Years' War to the Cold War**. London: Anthem Press, 2019b.

- REINERT, Hugo; REINERT, Erik S. Creative Destruction in Economics: Nietzsche, Sombart, Schumpeter. *In*: BACKHAUS, Jürgen G.; DRECHSLER, Wolfgang. **Friedrich Nietzsche (1844-1900): Economy and Society**. New York: Springer, 2006.
- REINERT, Erik S.; CARPENTER, Kenneth. German Language Economic Bestsellers before 1850, with two chapters on a common reference point of Cameralism and Mercantilism. **Working Papers in Technology, Governance and Economic Dynamics**, n. 58, 2014.
- RIHA, Tomas. German Political Economy: The History of an Alternative Economics. **International Journal of Social Economics**, v. 12, n. 3/4/5, p. 2-248, 1985.
- SANDRONI, Paulo. Dicionário de Economia do Século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- SCHUMPETER, Joseph A. **The Theory of Economic Development**. Cambridge: Harvard University Press, 1949.
- SCHUMPETER, Joseph A. Capitalism in the Postwar World. *In*: CLEMENCE, Richard V. Essays of J. A. Schumpeter. Cambridge: Addison-Wesley Press, 1951.
- SCHUMPETER, Joseph A. **History of Economic Analysis**. London: George Allen & Unwin Ltd, 1955.
- SCHUMPETER, Joseph A. American Institutions and Economic Progress. **Journal of Institutional and Theoretical Economics**, v. 139, n. 2, p. 191-196, 1983.
- SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. São Paulo: Editora da Unesp, 2017.
- SCHUMPETER, Joseph A. Gustav von Schmoller and the Problems of Today. **Journal of Contextual Economics**, v. 138, p. 261-304, 2018.
- SHIONOYA, Yuichi. **The Soul of the German Historical School: Methodological Essays on Schmoller, Weber and Schumpeter**. Boston: Springer, 2005.
- SWEDBERG, Richard. Joseph Schumpeter and the Tradition of Economic Sociology. **Journal of Institutional and Theoretical Economics**, v. 145, n. 3, p. 508-524, 1989.
- SWEDBERG, Richard. Major traditions of economic sociology. **Annual Review of Sociology**, v. 17, p. 251-276, 1991.
- SWEDBERG, Richard. Schumpeter's Vision of Socioeconomics. **Journal of Socioeconomics**, v. 24, n. 4, p. 525-544, 1995.
- SWEDBERG, Richard. **Max Weber and the Idea of Economic Sociology**. Princeton: Princeton University Press, 1998.
- SWEDBERG, Richard. **Principles of Economic Sociology**. Princeton: Princeton University Press, 2003.

SWEDBERG, Richard; HIMMELSTRAND, Ulf; BRULIN, Göran. The Paradigm of Economic Sociology. **Theory and Society**, v. 16, p. 169-213, 1987.

THE OTHER CANON FOUNDATION. **The family tree of The Other Canon**. Disponível em: <http://othercanon.org/family-tree/>. Acesso em 26 mar de 2022.

WEBER, Max. **Economy and Society**. [s. l.]: University of California Press, 1968.

WEBER, Max. The meaning of “value freedom” in the sociological and economic sciences. *In*: BRUUN, Hans Henrik; WHIMSTER, Sam. **Max Weber: complete methodological writings**. Abingdon: Routledge, 2012.

WHIMSTER, Sam. **Weber**. Porto Alegre: Artmed, 2009.